

A luta pela terra na perspectiva feminista

Ana Elisa Cruz Corrêa¹  0000-0002-7236-8600

Kesia Rayanne Almeida Oliveira²  0000-0002-2373-0677

¹Universidade Federal de Minas Gerais, Colégio Técnico, Belo Horizonte, MG, Brasil.
31270-901 - csociais@teiacoltec.org

²Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, MG, Brasil. 31270-901



Resumo: Neste artigo, apresentamos uma problematização sobre a participação política das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tratando de seus papéis na disputa pela terra. Dessa atuação, decorrem tentativas de construir novas relações de gênero no cotidiano dos acampamentos e assentamentos. O objetivo é entender qual a relação dessa luta social com a luta feminista, refletindo sobre os caminhos pelos quais o MST tem trabalhado essas questões no interior da organização desde os anos 2000, por meio da consolidação de uma instância organizativa interna denominada "Setor de Gênero". Buscamos compreender os limites enfrentados na criação desse setor e em sua posterior atuação, identificando os desafios para ampliar e qualificar o protagonismo das mulheres no interior da organização e na luta cotidiana pela terra.

Palavras-chave: MST; participação política; protagonismo das mulheres; setor de gênero; feminismo.

Land struggle from a feminist perspective

Abstract: In this article we present a problematization of women's political participation in the Landless Rural Workers Movement (MST), dealing with their roles in the dispute over land, which leads to attempts to build new gender relations in the daily lives of camps and settlements. The objective is to understand the relationship between this social struggle and the feminist struggle, reflecting on the ways in which the MST has worked on these issues within the organization since the 2000s, through the consolidation of an internal organizational body called "Gender Sector". We seek to understand the limits faced in the creation of this sector and in its subsequent operations, identifying the challenges to expand and qualify the protagonism of women within the organization and in the daily struggle for land.

Keywords: MST; Political Participation; Women's Protagonism; Gender Sector; Feminism.

La lucha por la tierra desde una perspectiva feminista

Resumen: En este artículo presentamos una problematización de la participación política de las mujeres en el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), abordando sus roles en la disputa por la tierra, que conduce a intentos de construir nuevas relaciones de género en la vida cotidiana de los campamentos y asentamientos. El objetivo es comprender la relación entre esta lucha social y la lucha feminista, reflexionando sobre las formas en que el MST ha trabajado estos temas al interior de la organización desde la década de 2000, a través de la consolidación de un órgano organizativo interno denominado "Sector de Género". Buscamos comprender los límites enfrentados en la creación de este sector y en su posterior funcionamiento, identificando los desafíos para ampliar y calificar el protagonismo de las mujeres dentro de la organización y en la lucha diaria por la tierra.

Palabras clave: MST; participación política; protagonismo de las mujeres; sector de género; feminismo.

Introdução

No presente artigo, trazemos apontamentos e reflexões sobre o protagonismo das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir da problematização de tensões identificadas entre a luta feminista e a luta pela terra. Para tal, partimos da perspectiva teórico-analítica que compreende a discussão sobre gênero imersas (determinantes e determinadas) nas contradições sociais presentes no sistema capitalista. Assim, se toda e qualquer questão específica pertinente à temática de gênero demandaria necessariamente a reflexão sobre a estrutura de classes, no caso do MST, essa questão é ainda mais explícita e patente, visto que a luta pela terra é essencialmente uma luta social por melhores condições de vida, portanto, profundamente atravessada pelos conflitos de classe, em especial no que tange ao crônico desemprego estrutural, à exclusão e à miséria social.

A bibliografia que pensa classe e gênero como interconexões mutuamente determinantes tem se ampliado nas últimas décadas, como é o caso da “teoria do nó” (Heleieth SAFFIOTI, 1992 *apud* Daniele MOTTA, 2018), da interseccionalidade (Kimberlé CRENSHAW, 2002) e da consubstancialidade (Danièle KERGOAT, 2010). Inspiramo-nos nessas importantes contribuições teóricas e trazemos como perspectiva fundamental o pensamento de Roswitha Scholz (1998), que entende o capitalismo desde sua origem como um “patriarcado produtor de mercadorias”. Gênero e classe são, portanto, entendidos por nós como duas determinações fundamentais que constituem o mundo capitalista contemporâneo e que permeiam umas às outras, sendo que, algumas vezes, se relacionam de forma contraditória entre si, o que podemos observar ao longo das experiências de ação política das mulheres do MST apresentadas nesse artigo.

Ao partirmos dessa compreensão de Scholz, entendemos que as formas de resistência das mulheres, ao se proporem, ainda que de forma incipiente, como críticas antissistêmicas, necessitam realizar a crítica da forma valor. Nesse mesmo sentido, qualquer luta por direitos que se pretenda questionar a estrutura social em que vivemos necessita encarar a estrutura patriarcal que a perpassa (SCHOLZ, 1998).

A histórica luta pela terra no Brasil, em vários momentos de sua história, extrapolou os limites de uma **reforma** agrária em sentido estrito, apontando para a necessidade de uma transformação social profunda que apontasse para além do capital. Isso pode ser observado a partir dos documentos fundacionais da organização, como nos objetivos do movimento em seu I Congresso Nacional, em 1984: reforma agrária e justiça social, mas também o **socialismo**. E também em importantes materiais bibliográficos com falas de dirigentes nacionais, como na entrevista de João Pedro Stédile no livro *Brava Gente* (Bernardo FERNANDES, 1999). Entretanto, é fundamental apontarmos que o movimento se transformou ao longo das décadas e, ainda que se mantenha resistindo e atuando após 40 anos de existência, reduziu consideravelmente sua crítica de caráter antissistêmico. Sobre isso, podemos identificar críticas de ex-militantes da organização, publicadas na Carta dos 51 e em trabalhos de pesquisa recentes (Ana Elisa CORRÊA, 2024).

Essas mudanças também afetaram e foram afetadas diretamente pela atuação das mulheres no interior da organização. Entretanto, a crítica às determinações do patriarcado que submete as mulheres do campo e da cidade, ainda que estivesse em alguma medida presente no movimento desde seu surgimento, se apresentou por muito tempo de forma incipiente e marginal, ganhando corpo e impacto político relevante, para dentro e para fora da organização, a partir dos anos 2000. Mesmo nos limites da luta por justiça social e redução das desigualdades econômicas, o protagonismo das mulheres na luta política segue como um desafio a ser encarado.

Nos movimentos sociais rurais, em especial no MST, é atualmente evidente uma participação e organização das mulheres relativamente significativa, ao compararmos com outros espaços e organização social no amplo campo das esquerdas. Este movimento foi um dos primeiros a instituir internamente uma instância de impacto estruturante na organização, que discute e atua nos dilemas em torno das questões das mulheres. Ainda assim, muitas vezes estas sofreram com a desigualdade na participação, sendo invisibilizadas nos espaços de luta, incluídas somente nos espaços considerados “femininos”, ou seja, na esfera doméstica, ou nos espaços políticos identificados como “tipicamente femininos” (setores de saúde e educação). Sendo assim, coloca-se a necessidade de discutir o lugar das mulheres na organização política dos acampamentos e assentamentos, com o intuito de compreendermos qual seria a “condição feminina” no MST, bem como sua potencial superação.

Nesse sentido, nosso objetivo, aqui, é apresentar algumas contradições vivenciadas e observadas por mulheres militantes no interior da organização durante a construção e após a criação do denominado “setor de gênero”, que se deu no início dos anos 2000, oficializando-se em 2003.

Neste texto, apresentamos reflexões que compõem uma pesquisa ainda em desenvolvimento, mas que já trazem interessantes elementos para conhecimento e reflexão. As informações aqui trabalhadas foram levantadas por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, a partir de estudo de bibliografia, análise de documentos internos e outros

disponíveis na página eletrônica do MST, e de entrevistas semiestruturadas com duas ex-militantes do movimento.¹

A partir de referências bibliográficas que tratam das temáticas gênero, feminismo, movimentos sociais e MST, e de textos que apresentam resultados de pesquisas sobre a condição das mulheres no movimento, apontamos, por um lado, alguns dos principais elementos que contribuíram para a emancipação das mulheres camponesas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, por outro, as contradições que ainda permeiam as relações de gênero na luta pela terra. Nosso trabalho ressalta o significado político e emancipatório da participação das mulheres nos espaços estratégicos da luta social.

As militantes entrevistadas atuaram em diversas regiões do estado de São Paulo ao longo de vários anos no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Elas concederam as entrevistas entre 2019 e 2021, quando já fazia quase 10 anos que haviam saído do movimento. Uma delas, que aqui chamamos pelo pseudônimo Beatriz, atuou no setor de frente de massas, responsável por realizar as ocupações de terra e a resistência nos acampamentos, e no setor de gênero, que ajudou a organizar a consolidação. O setor de gênero é onde se organizam as mulheres do movimento para debater suas questões e organizar ações de luta social e política. A outra militante, aqui denominada Clarice, atuou em diversos setores da “frente de assentamentos”, como finanças, projetos, formação, gênero, entre outros.

A escolha por entrevistar estas duas mulheres especificamente se justifica pelo fato de terem sido muito atuantes nas instâncias do movimento, em especial no setor de gênero, chegando a ocupar importantes cargos de direção (regional, estadual e até mesmo nacionalmente). É uma perspectiva incomum, visto que está focada no relato de mulheres que participaram da direção da organização e da elaboração do setor de gênero, buscando entender tanto sua experiência individual como sua leitura sobre a experiência das mulheres com quem atuaram ao longo desse período de militância. Como balanço geral das entrevistas, na nossa percepção, o fato de as entrevistadas já terem saído do movimento há alguns anos possibilitou que, com reflexões amadurecidas, falassem livremente do que viveram, sem demonizar ou idealizar a organização.

A nosso ver, a riqueza das informações encontradas nos traz importantes reflexões sobre os avanços e retrocessos na relação entre a luta pela terra e a luta das mulheres do MST. Nesse sentido, metodologicamente, os elementos qualitativos compensam a limitação da amplitude quantitativa da pesquisa ainda em andamento. As entrevistas duraram de duas a três horas cada, produzindo um amplo material de transcrição. Por fim, partimos de fontes bibliográficas de alcance amplo, mas é importante lembrar que há uma ênfase espaço-temporal (acampamentos e assentamentos no estado de São Paulo ao longo dos anos 2000), que é situada pelos relatos de experiência das entrevistadas e que nos aproxima de uma análise calcada na dimensão de uma totalidade concreta (SCHOLZ, 2010).

Vale dizer que, ainda que esse texto apresente resultados preliminares quanto a essa proposta de pesquisa em particular, a trajetória de pesquisas sobre a temática em sentido amplo antecede esse momento. Uma das autoras desenvolveu uma tese de doutorado (defendida em 2018) sobre as transformações do MST e da luta pela terra nos anos 1990 e 2000, e outra desenvolveu uma pesquisa de Iniciação Científica (2020/2021) e um Trabalho de Conclusão de Curso (2022) sobre experiências de mulheres em assentamentos de reforma agrária.

Desigualdades de gênero na luta pela terra

A questão agrária é um problema estruturante da crônica desigualdade social brasileira que foi enfrentado pelo MST de forma massiva e contundente a partir das ocupações de terra desde meados dos anos 1980. Esta organização chegou ao fim da década de 1990 como um dos maiores movimentos sociais do mundo, segundo diversos intelectuais e analistas.

Como forma de potencializar sua luta, o movimento se organizou desde então em setores, e cada um trabalha com objetivos específicos: frente de massas, produção, educação, saúde, formação, comunicação, cultura e gênero. Ainda que a questão agrária seja objeto histórico de conflito social e o movimento tenha se constituído nacionalmente já há quatro décadas, o setor de gênero, que trata das resistências específicas das mulheres, surgiu e se consolidou apenas nos anos 2000. Como afirmamos, são justamente os desafios enfrentados por esse setor que são o objeto de análise deste trabalho. De acordo com Ivanilson Batista da Silva (2016, p. 31):

As mulheres no MST sentiram a necessidade de criar um setor que tratasse especificamente das questões de gênero. Isso ocorreu no ano de 2000, quando elas perceberam a importância da participação, com vistas a elevar o nível de consciência das mulheres e da sociedade em

¹ A escolha em entrevistar ex-militantes do movimento se deu devido à hipótese de que se sentiriam mais confortáveis para nos falar sobre os dilemas e conflitos vividos nos acampamentos e assentamentos do MST por não estarem comprometidas diretamente com a organização. Optamos por utilizar pseudônimos e preservar suas identidades, o que foi acordado com elas e oficializado em termo de consentimento.

geral. Sob esse ponto de vista, as mulheres, por meio da participação, começam a mudar estruturas hegemônicas de ordem machista (SILVA, 2016, p. 31).

Nesse sentido, questionamos, para além dos comunicados oficiais, em que medida o objetivo do movimento de garantir igualdade social se aliava de fato à defesa da igualdade de gênero, considerando que as questões enfrentadas pelas mulheres e as respectivas mobilizações teóricas e práticas dos feminismos também remetem há, no mínimo, várias décadas. Nesse sentido, é fundamental adentrarmos à complexidade dos papéis tendencialmente ocupados por essas mulheres e em que medida o movimento tem sido uma potência para defesa de suas bandeiras específicas.

Conforme Iolanda Araujo Ferreira dos Santos e Everton Lazzaretti Picoletto (2019), a subordinação e opressão das mulheres permeia todos os níveis da vida pública e privada, tornando-se uma norma na sociedade contemporânea. Para desafiar e transformar essa realidade, surgem movimentos sociais que, como observado por Alberto Melucci (2001), têm a capacidade de criar formas de nomear a realidade e expor antigas práticas, revelando diversas formas de desigualdade que perpetuam a opressão de grupos específicos, como as mulheres na luta pela terra.

Desde o início do MST era observada, em especial por parte das mulheres, a necessidade da atuação feminina, o que sempre esbarrava em uma série de resistências internas. Na fase inicial, de acordo com Renata Gonçalves (2009, p. 3), a chamada “questão da mulher” aparecia somente nos assuntos internos, de forma que não ocorriam discussões mais profundas acerca do tema. Entretanto, ainda nos anos 1980, foi organizada uma Comissão Nacional de Mulheres do MST para ressignificar a presença feminina dentro do movimento. Em 1989, nas normas gerais do movimento, publicizou-se um capítulo sobre a “articulação das mulheres”, o que pressionou o MST a organizar uma comissão feminina a nível nacional. Thais Santo (2016) chama atenção para as publicações sobre gênero no MST, a partir dos materiais encontrados em sua pesquisa:

Tivemos acesso a sete materiais publicados pelo Setor de Gênero entre 1988 e 2015. Entre eles estão cadernos de formação, cartilhas, coletâneas de artigos e folhetos. São eles: *A mulher nas diferentes sociedades (1988)*; *A questão da mulher no MST (1996)*; *Compreender e construir novas relações de gênero (1998)*; *Mulher Sem Terra (2000)*; *Construindo o caminho (2001)*; *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder (2003)*; *Mulheres conscientes na luta permanente! (2015)* (SANTO, 2016, p. 38).

Gonçalves (2009) retoma essa trajetória indicando que, em um primeiro momento, ocorreu a criação de um Coletivo Nacional de Mulheres. Este se transmuta em Coletivo Nacional de Gênero, para, finalmente, constituir-se como o Setor Nacional de Gênero.

De acordo com Adriana Piscitelli (2009), o conceito de gênero foi criado por pensadoras feministas e estaria relacionado à cultura, objetivando-se superar a naturalização das diferenças entre homens e mulheres. Nesse sentido, ideias sobre feminilidade e masculinidade deixariam de derivar de uma “natureza” biológica, mas seriam relacionadas à cultura e à história social. A maneira de existir como homem ou mulher variaria ainda segundo o momento histórico, o lugar que esse indivíduo ocupa no espaço social e a classe econômica a que pertence.

Joan Scott (1995, p. 5) afirma que o termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, seria também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres seria necessariamente também uma informação sobre os homens, na medida em que um implica o estudo de um “outro”. Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres e o mundo dos homens estão imbricados, mas que a separação dessas esferas é criada no e pelo mundo predominantemente masculino. Essa concepção analítica rejeita a validade interpretativa da suposta existência de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetuaria o mito de que uma realidade parcelar, a experiência de um sexo, teria muito pouco ou nada a ver com a do outro sexo.

Na complementação das leituras de Scott e Piscitelli, trazemos o pensamento de bell hooks (2015), que afirma que o feminismo deveria ser visionário, ou seja, seria necessário “converter os homens” e, neste sentido, seria importante, além de trazer o debate para as mulheres, que esse discurso alcançasse os homens, pois não seria efetivo construir um movimento apenas com mulheres feministas, se os homens continuassem reproduzindo o machismo estrutural.

A partir da bibliografia que trata do entendimento das mulheres do MST em relação ao termo gênero (GONÇALVES, 2009; Cristiani Bereta da SILVA, 2004) e ao que foi relatado nas entrevistas que realizamos, identificamos que, corroborando a elaboração e a prática política das problematizações de Piscitelli, Scott e hooks, o intuito das militantes foi promover discussão e atuação no interior da organização que envolvessem homens e mulheres, questionando coletivamente os papéis de gênero previamente determinados socialmente e que terminavam por serem reproduzidos no MST. Essa reprodução da desigualdade de gêneros se dava tanto nos espaços cotidianos dos assentamentos e acampamentos, quanto nas instâncias político-organizativas. Assim, o termo mulheres foi substituído pelo termo gênero, já que era necessário

pensar na questão das mulheres, mas também na dos homens, à medida que o lugar de um implicava o do outro. Além do que, era fundamental o envolvimento também dos homens no sentido da percepção coletiva da desigualdade de gênero, bem como as possíveis ações para sua superação.

Uma preocupação central do setor de gênero desde seu surgimento é com a garantia da participação qualificada das mulheres nos espaços organizativos, seja nas instâncias de organização locais, nos acampamentos e assentamentos, seja nos espaços de formação e que determinavam a direção política do movimento.

Nesse sentido, para compreensão dessa relação social entre os sexos, é fundamental olharmos para a luta política do MST não apenas a partir de suas manifestações públicas, mas também a partir de sua reprodução cotidiana nos acampamentos e assentamentos, onde o espaço doméstico toma corpo e afeta diretamente a atuação das mulheres. Essas questões foram amplamente trabalhadas em pesquisas que têm como foco compreender a realidade das mulheres em assentamentos em diversas regiões do Brasil. Interessante ver como a recente pesquisa de Cristiane Coradin e Sonia Schwendler (2023) sobre a divisão sexual do trabalho na produção agroecológica em assentamentos no Paraná tem constatações semelhantes às encontradas por Silva (2004) em um assentamento em Santa Catarina, 20 anos antes.

De acordo com esses dados identificados em campo, entendemos que, embora a agroecologia possibilite maior autonomia, agência e subjetividade ativa das mulheres, essas experiências permanecem reproduzindo status de masculinidades, valorizações hierárquicas de trabalho por sexo, bem como divisões do trabalho atreladas a paradigmas de gênero colonialistas e patriarcais (CORADIN; SCHWENDLER, 2023).

Quando refletimos sobre o trabalho doméstico, partimos da obra de Silvia Federici (2019), na qual afirma que este não é um trabalho como os outros por ser a expressão mais disseminada e sutil da violência contra as mulheres. E seria justamente a sua manifestação no capitalismo que levaria a sua naturalização e reprodução no cotidiano da classe trabalhadora. Essa violentamente sutil subordinação pode ser identificada no cotidiano das mulheres em geral na sociedade brasileira, mas especificamente é notável seu papel de cerceamento da autonomia das mulheres acampadas e assentadas que atuaram e atuam no Movimento Sem Terra.

A despeito das violências abertas e veladas, muitas mulheres historicamente se colocaram como sujeitos das lutas para além da esfera doméstica, participando ativamente dos confrontos vinculados à luta pela terra. Ainda nos séculos XV e XVI, na Inglaterra, os motins contra os cercamentos incluíam as mulheres como as principais rebeldes, pois eram as mais diretamente prejudicadas pela política de *enclosures*.

Mais recentemente observamos que, em especial nos países subdesenvolvidos, as mulheres “têm sido importantes protagonistas nas lutas para recuperar terras ocupadas por grandes latifundiários” (FEDERICI, 2019, p. 192). Ou seja, existem movimentos globais que questionam o capitalismo desde sua formação e se posicionam na atualidade contra a desterritorialização das terras comunitárias e familiares para exploração predatória e especulativa do agronegócio. Mediante esse quadro, partimos da hipótese de que as mulheres seriam protagonistas historicamente fundamentais nesta luta, ainda que sofram continuamente com imposições societárias estruturais como fortes obstáculos à atuação política.

Ao partirmos desses pressupostos que guiam nosso olhar para pensar a experiência das mulheres militantes no MST, adentramos agora na exposição do que aferimos em nossa pesquisa, confrontando a bibliografia com as entrevistas realizadas. Assim, damos mais passos no sentido de problematizar e captar a complexidade da consolidação do setor de gênero nos anos 2000.

O problema do gênero na perspectiva das mulheres militantes

A autora Marisa de Fátima Lomba de Farias (2011) observa que, desde os anos 1980, diversos movimentos sociais surgiram em resposta à ordem autoritária do regime militar, cada um com suas próprias histórias e estratégias na luta pela reforma agrária. No entanto, apesar de alcançarem autonomia, esses movimentos enfrentam contradições internas, onde princípios organizacionais e ideologias diversas frequentemente entram em conflito com as realidades vividas por seus membros.

Devido a uma cultura tradicionalista patriarcal enraizada, as experiências cotidianas no mundo rural, como expressão da formação social do Brasil, apresentam um alto grau de machismo estrutural cotidiano (GONÇALVES, 2009). Partimos do pressuposto de que as mulheres do campo, na maioria dos casos, são vistas por seus companheiros, pela comunidade e até por si mesmas como pertencentes primordiais ao trabalho doméstico, ou seja, os lugares mais “apropriados” para elas ocuparem no movimento seriam os lugares “naturais” da mulher, que já vem ocupando nos lares: a cozinha, o cuidado, a limpeza. E, mesmo quando passam a atuar como militantes, ainda que conjuntamente com seus parceiros, isso não produz necessariamente uma transformação da

divisão do trabalho doméstico. Reproduz-se a divisão sexual do trabalho, tanto no que se refere à percepção dos homens, quanto, muitas vezes, das mulheres, em relação a quem deve fazer o que no espaço privado de cuidado com a casa e com os filhos. Vale ressaltar que essa ausência de percepção e a reprodução desigual da divisão de tarefas afeta penosamente as mulheres militantes, que necessitam lidar com o trabalho doméstico, o trabalho remunerado fora do lar e as responsabilidades da militância política. Nas palavras de uma das entrevistadas:

Isso foi triste, porque a gente imagina que o companheiro que é militante não vai reproduzir várias das questões que os homens reproduzem, só que acaba reproduzindo. E eu acho que reproduz porque nós mulheres reproduzimos também, então, assim, era muita sobrecarga. Eu passei períodos da minha vida de muita sobrecarga, de muita tensão para tentar conciliar vários mundos, né. Por exemplo, eu era militante e tinha tarefas, [...], a gente tinha prazo para cumprir, já passei noites trancadas na secretaria, eu e outra que cuidava disso, revezando para inserir os dados de um projeto. A gente passou a noite, e eu estava grávida. Então, assim, uma dormia 6h, a outra levanta, aí outra dormia 6h. Então eu fiz isso uma vez para gente cumprir prazos. E além de cumprir esses prazos, a gente tinha que cuidar das tarefas domésticas que não podiam parar também. Não é que meu companheiro não me ajudava nas tarefas domésticas, mas, assim, a responsabilidade... eu sentia que era minha, enquanto para ele era ajuda. O ajudar não é colocar em pé de igualdade, não é isso. E eu acho que as coisas pioraram depois que a minha filha nasceu, porque aí eu tinha os cuidados com ela também (Clarice, 2021).

Ainda que as atividades domésticas sejam fundamentais para realização de todas as outras, como uma “sombra” estruturante ainda que cindida do trabalho remunerado realizado fora do lar, o capitalismo, com sua respectiva sede insaciável de produção e apropriação de valor, levaria à naturalização e à imposição dessas tarefas às mulheres (SCHOLZ, 1998). Sendo assim, independentemente dos espaços que a mulher ocupe, o trabalho doméstico é imposto a ela, de maneira muitas vezes sutil, manifestando o machismo intrínseco à nossa sociedade. Sílvia Federici aponta também que:

[...] a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma inspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina (FEDERICI, 2019, p. 44).

Sendo assim, o espaço doméstico em geral, e a cozinha, em especial, é o ambiente destinado às mulheres, da cidade e do campo. E esse lugar é geralmente visto como algo natural e inerente à sua condição social. Também nos assentamentos do MST essa cultura machista foi, e arriscamos dizer que ainda é, reproduzida. A questão doméstica se reproduzia como uma amarra à atuação política das mulheres e sua auto-organização. Algumas conquistas se deram nesse sentido, como a constituição da Ciranda infantil, organizada pelo setor de educação. A Ciranda é um espaço seguro de recreação e cuidado, onde as mães e pais podiam deixar seus filhos enquanto ocorriam as reuniões do MST. Entretanto, como podemos notar na fala da entrevistada, apesar de fundamental, a Ciranda infantil não supria a necessidade de autonomia das mulheres para garantir uma atuação política em pé de igualdade com os homens, o que ocorria principalmente devido à divisão desigual do trabalho de cuidado entre os parceiros.

Por exemplo, se eu ia para alguma reunião, eu tinha que levar [minha filha], se eu ia para algum curso, eu tinha que levar. O movimento tem a Ciranda e tudo mais, mas a Ciranda não resolve os problemas das mães nas reuniões nos assentamentos. Primeiro porque o movimento tem uma dinâmica exaustiva de reuniões, então, você tem a reunião formal e uma série de outras reuniões que não são formais, que ocorrem justamente no horário em que a Ciranda fecha, porque a Ciranda precisa fechar. De meio-dia às duas é o horário de intervalo, mas é o momento em que acontece uma série de reuniões muito mais importantes do que a reunião formal ali. Então, para participar, é isso, participava com minha filha. Eu nunca deixei de participar, mas isso gerava um desgaste físico muito maior no final do dia. Quando coincidia do meu companheiro estar junto ele ajudava com a criança, mas, ao mesmo tempo, ele tinha as reuniões também, né. E ele não ia com a criança, quem ia era eu, então essas coisas assim. [...] Eu lembro uma vez, um fato específico, eu queria participar de um curso organizado pelo José Paulo Netto, um “Curso Marx”. E eu falava “como é que eu vou fazer para ir com uma criança?”. Tinha um espaço da Ciranda, mas para esse curso Marx eu tinha que levar a pessoa que ia cuidar. Dependendo da faixa etária da criança, porque quando elas são muito novas, elas não ficam bem com uma pessoa estranha, então você levava alguém. E eu queria que ele fosse comigo e ele não quis ir, obviamente. Ele não ia lá na Escola Nacional [Florestan Fernandes] para ficar cuidando da criança enquanto eu estava no curso (Clarice, 2021).

É interessante notar como a maternidade é frequentemente vista como um papel essencial e natural para as mulheres. No entanto, essa discrepância que cotidianamente naturalizamos torna-se evidente quando a mulher-mãe passa a ter uma forte atuação militante, e mais ainda quando a militância é parte do cotidiano do casal. Por mais que a consciência política crítica

e combativa permeie um imaginário comum, a reprodução social doméstica se reproduz como amarra de difícil superação.

Importante também ressaltarmos como essa divisão desigual transbordava o espaço doméstico e passava a permear as estruturas organizativas internas ao MST, na medida em que havia certos setores mais nitidamente femininos, enquanto outros eram ocupados de forma mista, ou mesmo com uma atuação masculina mais pungente. Segundo os relatos, setores de cuidado como educação e saúde em geral tinham uma presença feminina mais marcante, enquanto setores que envolviam a organização das ocupações de terra ou espaços de negociação política tinham uma atuação masculina mais marcante. Ainda que, é claro, ambos os gêneros estivessem presentes nos dois casos.

AE: Como é que você via essa divisão de trabalho no interior do movimento?

C: Eu acho que tem uma divisão que segue mais ou menos a divisão social, de como funciona a divisão sexual do trabalho na sociedade. As mulheres ficavam muito no setor de educação, de formação, de finanças, embora a gente tivesse mulheres na frente de massa...

AE: Mas as finanças não seria um setor masculino? O que seria um setor feminino?

C: Depende, as articulações políticas das finanças são masculinas, execução é feminina.

AE: Semelhante às secretárias?

C: Sim, trabalho técnico de assessoria e tudo mais.

Mas, por exemplo, já no caso de técnicos agrônomos, tem muito menos mulheres do que homens. Então, assim, é uma questão interna, tem questões internas, mas tem questões que têm a ver com a estrutura social mesmo. O movimento reproduz, é difícil negar e não reproduzir isso (Clarice, 2021).

Nesse sentido, a auto-organização das mulheres em um setor de gênero foi fundamental para que essas questões fossem pautadas com mais frequência e com a profundidade que demandavam. A consolidação do setor de gênero como um espaço de elaboração política e preparação de ações realizadas exclusivamente por mulheres foi central para colocar em questão essa estrutura, desnaturalizando-a. Entretanto, muitos foram os percalços enfrentados nessa ousada construção. Na fala de Beatriz, outra ex-militante do movimento entrevistada por nós, observamos também algumas das formas nas quais o machismo se apresentou no interior do movimento. Sua expressão flagrante, por sua vez, se deu nos momentos em que as mulheres buscaram se colocar com autonomia nas frentes de luta da organização:

Tinha desde brincadeiras, piadas. Tinha uma certa desconfiança da nossa capacidade de organização. Isso era muito aparente nos períodos em que a gente tinha que fazer grandes lutas como o 8 de março, por exemplo. Porque era todo um período de construção nos acampamentos e assentamentos com as mulheres e tal. Então, nesses momentos em que a gente precisava se deslocar, para fazer uma luta específica, tinha bastante resistência de todos os tipos. Desde... [o questionamento sobre] se era necessário esse tipo de luta, se indicava se o que a gente havia planejado iria se concretizar da forma que a gente tinha planejado, se era realmente só a gente que precisava planejar isso, organizar isso, e se o tipo de luta que a gente havia escolhido de fato era necessário ser [feita] só por mulheres. Digamos que há uma certa insegurança se a gente ia dar conta ou se ao mesmo tempo, com um pouco de machismo mesmo, né, se essa luta é pra todo mundo (Beatriz, 2019).

É possível entender, na fala da entrevistada, como o machismo se expressava no momento de organização das lutas do MST. A dúvida da capacidade organizativa das mulheres em uma linha de frente das manifestações é fruto da nossa cultura, pois quando essas ousam participar de outra atividade que não a sua “atribuição natural” são contestadas. Além do mais, a ousadia da organização e realização de ações estritamente por e com mulheres se torna ainda mais surpreendente ao constatarmos que as militantes de movimentos sociais em geral exercem uma dupla ou até tripla jornada de trabalho, pois, além dos afazeres domésticos, da produção agrícola para subsistência e para comercialização, e até mesmo de eventuais atividades remuneradas intermitentes, também participam da militância política (Renata VALENCIANO; Antônio THOMAZ Jr., 2002, p. 1).

Além desse triplo desafio, as mulheres encontram ainda outras dificuldades em participar das atividades propostas pela militância do MST, pois, além dessa sobrecarga nas suas atividades, os cargos de direção eram majoritariamente ocupados por homens e a participação das mulheres nas decisões era quase nula, relegada à esfera privada. Sendo assim, as mulheres buscaram se organizar em coletivos para discutir e pensar formas de garantir sua participação política em pé de igualdade com os homens. Os estudos de Gonçalves (2009) revelam que, quando a mulher participa da organização e de um prolongado processo de ocupação e luta pela terra, começa a desnaturalizar a sua posição histórica de “obediência”.

Santos e Picoletto (2019) destacam que a análise das experiências organizativas das mulheres no MST, com base nas publicações do Jornal Sem Terra e outros materiais formativos, revela uma mudança significativa na abordagem da questão de gênero. Ou seja, é possível

perceber que a questão de gênero é discutida desde o início da constituição do movimento, porém Santo (2016) diz que, embora algumas pautas continuem relevantes, elas hoje se apresentam de diferentes maneiras, além do que, os debates atualmente aconteceriam de forma mais madura. Como vimos, em um primeiro momento, houve a criação de um Coletivo Nacional de Mulheres do MST. Nos anos seguintes, constituiu-se o Coletivo Nacional de Gênero e, por fim, surgiu o Setor Nacional de Gênero, no ano 2000. E qual a mudança concreta que ocorre quando Coletivo vira Setor?

A transição de Coletivo para Setor reúne uma série de novas conformações, das quais podemos destacar a maior autonomia e organicidade. Ou seja, o que passa é uma nova reestruturação não apenas do Coletivo de Gênero, mas de todas as formas de organização e da própria estrutura do MST. [...] A mudança para o setor implica numa maior atenção e desprendimento mais concentrado para os trabalhos de gênero, com uma dedicação mais canalizada. [...] A estruturação do setor é outro grande objetivo das mulheres, além de recuperar e ampliar os cursos de formação e organização das mulheres da base, ou seja, dos assentamentos e acampamentos, esse é um momento de rever as linhas de atuação e promover uma nova estrutura de trabalho para o coletivo e o movimento sem-terra de forma geral (VALENCIANO; THOMAZ Jr., 2002, p. 13).

Os setores do MST são a sustentação da sua estrutura organizativa, sendo que cada setor surge mediante necessidades internas e vivências. O setor de gênero, por exemplo, surge anteriormente como coletivo, organizando estudos acerca de pautas sobre feminismo, violência e trabalho doméstico. Entretanto, os coletivos não têm tanta autonomia como os setores, sendo assim, fez-se necessária, para garantir a presença efetiva dessas pautas, a construção do setor de gênero.

O Movimento Sem Terra era majoritariamente masculino. A partir de um trabalho, então, do setor, a gente começa a compor as direções, por meio da ideia de projeção das militantes mulheres. Mas isso sempre foi um problema. Eu acho que esse debate de participação das mulheres nos espaços de direção, nos coletivos, nos grupos, nos acampamentos, assentamentos, é um trabalho que é um pouco anterior à minha chegada no setor (Beatriz, 2019).

Ou seja, antes da formação, de fato, do setor de gênero, ocorreram várias discussões e se percebeu a necessidade de uma política de implementação de algo maior para tratar a questão da participação das mulheres nos espaços políticos do movimento, pois suas demandas eram negadas e elas não conseguiam participar das políticas internas de forma efetiva.

As mulheres começam a ter um olhar pra isso e dizer "bom, a gente precisa ocupar espaços que a gente não ocupa", enfim, "nós somos parte da base do Movimento". E as mulheres vão para os acampamentos, carregam os filhos. Vão desde o acampamento e permanecem com todas as dificuldades até o assentamento, e garantem a estrutura mínima nos acampamentos, mas têm pouca participação nos espaços de decisão do acampamento, inclusive. Então, a gente começa a fazer um trabalho com as mulheres de participação das instâncias orgânicas dos acampamentos. A gente tinha uma dificuldade enorme, porque, enfim, imagina o que é viver em um acampamento, carregar o filho junto, sem estrutura, sem água direito... [condição] precaríssima de fazer a alimentação, de cuidar das crianças e tal. Ainda ter que fazer reunião no final da tarde, em qualquer lugar... Bom, isso era difícil pra caramba, mas a gente aos poucos vai construindo essa possibilidade (Beatriz, 2019).

As entrevistas revelam estas e muitas outras dificuldades enfrentadas pelas mulheres do MST não apenas na relação com acampados e assentados nos espaços de reprodução cotidianos, mas também com militantes nos espaços políticos e instâncias organizativas do movimento. Esses problemas variavam em qualidade e intensidade, desde casos de assédio e inferiorização política até agressões e abusos verbais e físicos. Como parte do patriarcado capitalista produtor de mercadorias, o movimento social, ainda que contraditoriamente e à revelia do intuito de parte considerável de sua direção, reproduz a realidade social que produziu os homens e mulheres que o construíram e constroem todos os dias. Entretanto, para além da importância de reconhecermos tais limites, é interessante observar como a militância política na luta pela terra, ao mesmo tempo que reproduziu as relações de opressão, municiou as mulheres com ferramentas críticas e organizativas para lutar contra sua subordinação, tanto no âmbito público político, quanto no privado familiar.

Em alguma medida, o acampamento como tática de luta abria possibilidades para constituição de formas distintas de sociabilidade, na medida em que aquela comunidade nascente necessitava discutir e produzir suas próprias regras de convívio com o intuito de garantir a resistência no espaço e a conquista da terra. Nesse espaço foi relatado, em ambas as entrevistas, um grande protagonismo das mulheres, no sentido de garantir melhores condições de vida para si e para sua família, mas também com o intuito de se solidarizar com outras mulheres que sofriam diversas formas de violência.

Uma militante ia fazer um curso... E, assim, isso tem uma coisa de subversão do papel da mulher, tanto no acampamento quanto no assentamento. E no acampamento, minha hipótese, o espaço público e privado fica meio fluido, né. As paredes são de plástico. Já começa aí, são espaços fluidos do público e do privado, misturam os espaços, os caras perdem muito o controle que eles têm sobre o ambiente doméstico no acampamento. Todo mundo vigia todo mundo, as regras são todas muito explícitas. Se o cara bate na mulher, vai ser levado para responder isso em algum momento. Aliás, em algum momento não, rapidamente. Então ele vai ter que se organizar; ao mesmo tempo, as mulheres veem uma possibilidade de participação efetiva, política, e elas começam a participar politicamente, elas começam a ter não apenas o espaço da casa para lidar. Elas vão organizar mesmo que seja o que a gente chama de "trabalho de mulher": organizar a cesta básica, quem vai levar a cesta básica para igreja... elas começam a ter contato com outras pessoas e isso cria um universo, né (Clarice, 2021).

Na sequência, a entrevistada relata as tentativas do parceiro desta mesma mulher que faria o curso de impedir sua ida, queimando seus documentos pessoais. Apesar da agressão ocorrer em uma relação considerada privada, entre marido e mulher, tornou-se pública, à medida que a militância é acionada e o agressor deve responder publicamente pelos seus atos. A luta de todos e todas, em espaços coletivos de convívio comunitário, potencializa a auto-organização das mulheres, de forma que se torna profundamente necessária a criação de um setor composto por elas e que irá discutir com a devida atenção seus desafios cotidianos nos espaços da luta pela terra, do dia dos acampamentos aos encontros estaduais de militância.

Podemos ver que o setor de gênero foi criado com o intuito de organizar os coletivos de gênero e mobilizar politicamente as mulheres nos acampamentos e nos assentamentos, de maneira que estas atuassem na linha de frente da organização. Esse setor também permitiu que as mulheres estudassem e discutissem teorias sobre feminismo, gênero, violência doméstica, dentre outros temas. Além disso, foram criadas as já mencionadas "Cirandas infantis", para que as mães pudessem deixar seus filhos durante as atividades do movimento, viabilizando sua participação política.

Nos documentos fundantes do MST é enfatizada a importância da participação feminina para que o movimento possa caminhar. O artigo 43 das normas gerais aponta que "o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder, e de representatividade" (Claudia SABIA; Tânia Suely BRABO, 2019). Ou seja, além do documento, necessário para dar início a esses questionamentos, é possível dizer que, apenas mais adiante no tempo, o setor de gênero possibilitou mudanças estruturais, pois reconheceu a existência de um problema, a desigualdade de gênero, e atuou para transformar essa realidade.

Desafios do setor de gênero: crítica e ação

Uma ação protagonizada pelo setor de gênero que alterou as estruturas internas do movimento foi a implementação de cotas para as mulheres na composição dos cargos eletivos das direções regionais, estaduais e nacionais, visto que as militantes eram, em geral, fisicamente excluídas desses espaços. A entrevistada relata como se deu a polêmica em torno da instituição dessa política, revelando que alguns homens questionavam a capacidade das mulheres de ocuparem esses postos de relevância na estrutura organizativa:

Então tinha uma crítica de que a gente não tinha [na organização] mulheres capacitadas. Essa é uma das primeiras críticas que vinham dos homens, de que a gente não tinha mulheres capacitadas para compor nos espaços da mesma forma que compõem os homens. Portanto, a gente ia fazer isso de uma forma burocrática. Mas já tinha um trabalho quando isso foi consolidado como linha política e tal, e o setor tensionava os espaços, o setor, o coletivo, né. E já vinha no processo das mulheres se movimentarem, então isso, na verdade, era algo que... sabe quando vai crescendo um negócio, assim?! Então, é agora! E a gente tem que pautar isso como linha, porque agora nós temos o mínimo de força! Então você já tinha alguma coisa. Algumas regionais com mais dificuldade, mas, na maioria, a gente já tinha militância que atuava nas regiões e tal. Mas tinha essa crítica principal aí, que seria algo pró-forma (Beatriz, 2019).

A partir desse trecho é possível ver como os homens manifestavam seu machismo, negando a capacidade das mulheres de se organizarem, além de dizerem que essas só estavam agindo de uma forma burocrática, mas que não eram capacitadas para atuar nas definições da linha política do movimento. Esse discurso da "incapacidade" feminina produz nas mulheres certa insegurança, como observamos na fala da entrevistada, pois, mesmo que capacitadas, essas mulheres se perguntavam se realmente estavam prontas para atuar nas esferas públicas e ocupar os cargos de direção.

Quando eu participava da direção, já eram anos 2000, né, então isso foi conquista anterior à minha chegada, de ter paridade 50% mulheres/50% homens. Só que, nas reuniões, o que eu percebia é que eram poucas as mulheres que debatiam, que se inscreviam e que falavam (Clarice, 2021).

A situação apresentada por Silva (2004) sobre um militante do movimento que afirma que as mulheres não deveriam ir para Brasília porque “não sabem nem falar” e que, portanto, deveriam ser acompanhadas por um homem parece reverberar ao longo dos anos 2000. As dificuldades de participação ativa de algumas mulheres acabavam por ser apropriadas por um discurso que questionava a paridade entre homens e mulheres nos cargos de direção, alegando a incapacidade de atuação política das mulheres. Clarice, assim, levanta um importante questionamento a essa postura, recordando-nos que a formação política e a capacidade de ação são frutos de um árduo processo de construção individual e coletiva.

“As mulheres não estão preparadas para participar desse espaço”, era uma coisa assim, “as mulheres não estão preparadas”. Ué, e como é que os homens se prepararam? Participando, né! Então é isso, eu acho que assim, com as cotas é a mesma coisa, por exemplo, a discussão de cotas para negros. [...] Primeiro, com isso, você provoca a discussão política sobre a questão. Segundo, ter mulheres participando dos espaços amplia essa possibilidade de uma participação mais efetiva no sentido de que você vai participando... você vai aprendendo..., né. Vai vendo como funciona... Inclusive, se fosse apenas pelo fato de participar como observadora, por exemplo, já seria importante porque elas iriam saber como é que se dá a construção política das ações, da organização. Se fosse isso..., mas não era o caso, né. É que, na verdade, entra essa coisa da formalidade de participação do espaço, e nós mulheres conseguimos participar dele de uma forma equitativa. É difícil, é difícil (Clarice, 2021).

Quando nos aprofundamos nos desafios desse processo de construção do protagonismo político das mulheres, podemos ter uma dimensão mais precisa dos limites que precisavam ser transpostos, limites estes ligados não apenas à estrutura da organização ou das posições dos homens, mas também à plural trajetória das mulheres militantes.

Havia uma diferença instrucional mesmo, educacional. Porque a gente aprende a se posicionar, porque a universidade ensina que a gente tem que se posicionar, tem que falar, e não precisa ser necessariamente um espaço formal de educação. Outros espaços, onde essa mulher aprendeu essa formação política. Por exemplo, se ela foi líder sindical, alguma coisa assim, e ela trouxe isso. As mulheres que eram de acampamento, de assentamento mais... – vamos dizer assim, tinha uma divisão em São Paulo, tinha uma divisão eixo do mato e eixo da cidade – então, as mulheres do eixo do mato, que eram mais vinculadas a acampamentos e assentamentos, do trabalho rural mesmo, era muito difícil elas se colocarem nas reuniões. E isso não quer dizer que elas não participavam politicamente, porque elas eram muito importantes e muito atuantes fora dos espaços formais da reunião (Clarice, 2021).

Ademais, mesmo que as mulheres tivessem dificuldades em atuar nos espaços fora da esfera doméstica, seria apenas quebrando esse paradoxo que elas conseguiriam alcançar uma futura equidade em relação aos homens. Paulo Freire (2018, p. 57) diz que “não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade”. Ou seja, a superação de suas amarras se iniciou a partir do momento em que as mulheres do movimento refletiram sobre as suas condições e se rebelaram contra as “normalidades”, buscando criticar essa limitação dos espaços que elas organizavam, rejeitando as condições até então impostas.

Eu acho que realmente tinha, que tinha algumas situações em que a gente teve dificuldade de consolidar a participação das mulheres, em algumas regionais. Mas eu não acho que era por conta de falta de capacidade, era por conta de uma resistência mesmo. Às vezes até por conta dos homens, principalmente, né... Mas às vezes até da mulherada, né... Vou usar outra palavra para dizer isso, era, assim, muita insegurança com estas questões atuando, mais as questões de cada família. A maioria da militância feminina tinha família. Tinha alguns militantes que eram mais novos? Tinha. Mas tinha muita mulherada que tinha filhos, quer dizer, para elas também era um desafio, mas elas toparam enfrentar esse desafio (Beatriz, 2019).

Nesse sentido, considerar as relações de gênero como resultado de uma construção histórico-cultural também é pensar em como podemos desconstruir e reconstruir novas dinâmicas culturais, pois os problemas de gênero se reproduzem no interior das mobilizações da classe trabalhadora. Ao partirmos desta perspectiva, entendemos que a potencialização das lutas pela reforma agrária depende da união e força dos trabalhadores, homens e mulheres, e, para isso, seria necessário que os homens conseguissem enxergar as mulheres como trabalhadoras, com capacidade de luta e resistência equânime às suas próprias capacidades.

Superar o senso comum do lugar social das mulheres e romper com os paradigmas impostos pela sociedade capitalista é um processo que se fez coletivamente na construção do setor de gênero no MST. Isso possibilitou o entendimento da luta pela terra e pela transformação social para além da conquista territorial, fazendo com que os militantes vivenciassem concretamente a luta por terra como um embate por emancipação, equidade e justiça. Ademais, a militante relata ainda como foi a consolidação do setor de gênero, descrevendo um processo que demandou muito tempo e capacidade organizativa. Uma das principais consequências da

formação deste setor foi a realização dos atos nos 8 de março (Dia Internacional da Mulher). Estes ocorreram a partir de ações de mulheres acampadas e assentadas de diversas regiões no Brasil, que se juntaram para lutar contra o patriarcado e o agronegócio.

Ao longo dos anos 2000, o setor de gênero atuou regionalmente, cumprindo as demandas necessárias do cotidiano do movimento. Mas, ao mesmo tempo, nos atos do 8 de março, realizava a função de promover a participação direta de assentadas e acampadas de distintos lugares do país em ações organizadas e executadas exclusivamente por mulheres. A organização das ações anuais nos “8 de março” se deu a partir do protagonismo das mulheres, o que só foi possibilitado por uma organização independente dos espaços tradicionalmente formais de direção.

Parece que elas não entravam naquela disputa, naquele jogo que tá lá na direção. Inclusive porque nem tudo se decide ali, né. As mulheres pensavam estratégias, formas de participação, e participavam. Sem dúvida nenhuma, a própria construção dos 8 de março se deu por meio de organização dessas mulheres, para além dos espaços dos homens, e elas estavam muito empenhadas, durante o período em que estive no movimento, em construir esses outros espaços de participação política, que não fossem os mesmos espaços dos homens. Quando? Depois que terminavam as reuniões formais, então, encontro das mulheres: “Agora vamos ter as reuniões das mulheres. Gente, não saiam da plenária”. Os homens iam para os bares e a gente ia fazer as reuniões das mulheres. Era essa forma de tentar organizar, porque isso era uma coisa que se percebia, que as mulheres conseguiam falar mais, ouvir mais e discutir suas questões quando estavam entre elas, sem a presença dos homens (Clarice, 2021).

Através destas ações se consolidou o setor de gênero, pois as mulheres perceberam que deveriam se organizar muito mais que sazonalmente. Precisavam ser vozes permanentes e ocupar outros espaços na organização, principalmente cargos de direção.

É crucial ressaltar que a constituição do setor de gênero e a organização das ações dos 8 de março foram passos fundamentais que carregaram consigo uma série de conflitos e dilemas.

Aí, isso gera muito conflito, gera tanto conflito. Por exemplo, quando as mulheres se organizavam para os 8 de março, elas falam que, no primeiro momento, em muitos relatos, que o primeiro trabalho de base era com o marido, em casa, para convencer o cara de ela poder ir. Porque ela vai, e quem que vai fazer a comida? Quem que vai cuidar das crianças? Quem que vai cuidar da casa? Em algum momento é fácil isso, porque você tem a cozinha comunitária e você não sente tanto, mas depois que essa mulher toma gosto, vamos dizer assim, pela participação política, e algumas tomam gosto. Quando parte de acampamento para assentamento você volta a ter o espaço privado, né, a coisa da propriedade tem a ver, né. A propriedade tanto da terra, do espaço que delimita ali, seu lote é esse, esse quadradinho ali. “Então, beleza, aqui eu mando. E eu mando no que está no lote, que é a mulher também.” E aí muitas mulheres nesse processo elas entram numa... ocorre muita separação, virou militante... inclusive os homens morriam de medo de que as mulheres virassem militantes porque vai separar. Mas tem a ver com isso da mulher não se sujeitar mais a determinadas condições de vida a que ela se submetia ali (Clarice, 2021).

A entrevista com a ex-militante revela as tensões e as transformações que a militância no MST provoca na vida das mulheres, desafiando as normas tradicionais de gênero e a estrutura familiar. A resistência inicial dos maridos e a subsequente transição dos acampamentos para os assentamentos evidenciam como a luta pela terra e a participação política das mulheres alteram as dinâmicas de poder dentro do lar. Esse processo de autonomia feminina, embora frequentemente acompanhado de conflitos, destaca a luta das mulheres por igualdade em um contexto historicamente marcado pela opressão e submissão.

A atuação do setor de gênero não apenas aumentou a visibilidade das mulheres, mas fortaleceu os laços do MST com movimentos urbanos e internacionais, como a Marcha Mundial de Mulheres e a Via Campesina. Essa articulação foi essencial para introduzir a importância da colaboração entre mulheres do campo e da cidade (SANTOS; PICOLOTTO, 2019).

As pautas feministas no MST se ampliaram significativamente, incluindo não apenas questões tradicionais como saúde, educação e reconhecimento profissional, mas também a resistência das mulheres contra as transnacionais da agricultura. Santos e Picolotto (2019) apontam que um marco crucial foi a ocupação do horto florestal e a destruição de mudas transgênicas da Aracruz Celulose por duas mil mulheres da Via Campesina em 8 de março de 2006. Um ato simbólico e muito polêmico, que destacou a luta contra os “desertos verdes” e reforçou a capacidade de ação das mulheres do MST.

Outros atos extremamente inusitados foram organizados pelas mulheres nos anos seguintes, o que levou a muitos conflitos no interior da organização, visto que não passavam pela avaliação e autorização da direção nacional, protagonizada pelos homens. Os conflitos se davam não apenas pela ação autônoma e não tutelada das mulheres, mas também porque iam na contramão dos rumos políticos que o movimento estava tomando e que se consolidam na virada dos anos 2000 (CORRÊA, 2024). O MST há muitos anos luta pela Reforma Agrária a partir das ocupações de terra como enfrentamento direto ao Estado e ao capital. Desde a virada dos

anos 2000, e em especial após 2010, há mudanças profundas na forma como o movimento se organiza e atua taticamente, reduzindo drasticamente as ocupações de terra e mudando seu foco para a produção agroecológica de alimentos nos assentamentos já regularizados (CARTA de Saída..., 2011). Essas mudanças afetaram as escolhas do tipo de ação que será empreendida pelas mulheres, questionando esses rumos da organização. Mas afetam também as respostas que a organização dará aos atos promovidos pelas mulheres a partir do setor de gênero.

No MST, o setor de gênero se estabeleceu a partir de uma estrutura interna já consolidada, o que, por um lado, permitiu uma grande potência organizativa para a atuação das mulheres. Isso se manifestou nas ações realizadas por elas nos “8 de março” ao longo da segunda metade dos anos 2000. Entretanto, por outro lado, esse mesmo caráter de organização estruturada produziu maior indignação interna, especialmente por parte dos dirigentes homens, pois fugiu do controle da direção nacional do movimento. As respostas que se sucederam por parte das direções aparentemente limitaram a atuação das mulheres nos anos que se seguiram. Arriscamos, inclusive, a levantar a hipótese de que esta postura do movimento passa a compor algumas das razões centrais para saída de parte dessas mulheres no ano de 2011.

Considerações finais

Por fim, vale ressaltar que observamos uma tendência, que já estava em curso em meados dos anos 2000, de arrefecimento das ocupações e a tendencial institucionalização do movimento mediante as gestões petistas. Entretanto, à revelia dessas transformações, as mulheres do MST realizaram atividades políticas de denúncia a partir de táticas de enfrentamento direto com o agronegócio. Chegamos, assim, à hipótese de que as mulheres que passaram a se organizar e potencializaram o setor de gênero do MST nesse período, ao mesmo tempo que lutavam contra o machismo e em defesa do protagonismo das mulheres na luta pela terra, discordavam dos rumos políticos que o movimento como um todo vinha tomando. Nesse sentido, as reuniões exclusivas de mulheres possibilitaram a discussão política e a organização de ações divergentes da linha imposta pela direção nacional e pelas direções estaduais, já que ocorriam sem a participação dos principais dirigentes do movimento que, na enorme maioria das vezes, eram homens.

O tensionamento interno levou, para o bem ou para o mal, o movimento a reconhecer a necessidade de incluir as mulheres nos espaços de decisão. Se, por um lado, essa inclusão se põe como uma conquista no protagonismo feminino, por outro, isso parece ter se dado com o intuito do controle político das mulheres e suas proposições.

Podemos observar uma transformação do caráter das atividades que passaram a ser desenvolvidas pelo setor de gênero ao longo dos anos 2010. Em geral, foram encontros sem ações de confronto direto com o agronegócio, como foram os anteriores. Centrados na produção e comercialização de produtos agroecológicos, se conformam em marchas e encontros estritamente simbólicos que reafirmam a identidade da mulher camponesa.

Concluimos nossas reflexões apontando para as hipóteses que animam esta pesquisa, indicando a relevância fundamental de pensarmos a luta das mulheres e a luta pela terra de forma indissociável, indicando algumas potências e limites de sua mútua determinação, libertando-nos de ilusões e apontando a necessidade de apresentar os conflitos vivos que compuseram e compõem esse processo. Problematicamos aqui apenas alguns dos limites e potências da intersecção entre a luta pela terra e a luta das mulheres, sem a pretensão de oferecer saídas, mas esperando contribuir com os processos de reflexão teórica e prática para a transformação das relações de gênero dentro e fora do MST.

Referências

CARTA de saída de 51 militantes das nossas organizações (MST, MTD, Consulta popular e Via camponesa) e do projeto estratégico defendido por elas. *Passa Palavra*, 2011. Disponível em <http://passapalavra.info/2011/11/48866>.

CORADIN, Cristiane; SCHWENDLER, Sônia Fátima. “Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia”. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 2, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/83307>.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. *MST e colapso da modernização: crise da luta pela terra no Brasil*. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. “Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, *Anais*, São Paulo, julho 2011.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GONÇALVES, Renata. "(Re)Politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST". *Mediações Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 2, 2009.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

KERGOAT, Danièle. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". *Novos estudos CEBRAP*, v. 86, p. 93-103, 2010.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOTTA, Danielle. "Desvendando Heleith Saffioti". *Revista Lutas Sociais*, v. 22, n. 40, 2018.

PISCITELLI, Adriana. "Gênero: a história de um conceito". In: PISCITELLI, Adriana; CODATO, Adriano; CASTRO, Elisa Guaraná de; LEITE, Fernando; SIMÕES, Júlio Assis; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. (Série organizada por Heloisa Buarque de Almeida e José Szwako)

SABIA, Claudia P. P.; BRABO, Tânia Suely A. M. "Mulheres e gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". In: DAL RI, Neusa Maria e outros (Orgs.). *Educação Democrática, Trabalho e Organização Produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. Marília: Oficina Universitária; Lutas Anticapital; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 241-268.

SANTO, Thais Marques de. *As publicações do setor de gênero do MST e as vivências de mulheres Sem Terra: reflexões sobre desrespeito, reconhecimento e autonomia*. 2016. Mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. "As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do Jornal Sem Terra". *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 7, n. 11, 2019. (Dossiê: Feminismos na América Latina: Movimentos Sociais, Estado e Partidos Políticos)

SCHOLZ, Roswitha. "Forma social e totalidade concreta: na urgência de um realismo dialético hoje". Obeco, 2010. Disponível em http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm.

SCHOLZ, Roswitha. "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, junho 1998.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>.

SILVA, Cristiani Bereta da. "Relações de gênero e subjetividades no devir MST". *Revista Estudos Feministas*, v. 12, n. 01, p. 269-287, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/QfZkYDrHnDjMMXR7jhHJ9rG/?lang=pt>.

SILVA, Ivanilson Batista da. *O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra*. 2016. Mestrado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ Jr., Antônio. "O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou de classe?". *PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 3, 2002. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/792>.

Ana Elisa Cruz Corrêa (aecorrea@teiacoltec.org; aecorrea@gmail.com) é doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciada e Bacharela em Sociologia e Bacharel em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do setor de

Ciências Sociais do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC/UFMG), Campus Pampulha, Belo Horizonte. Vice-Líder do grupo de pesquisa CNPq “CRITICAR – Crise, trabalho, capital e resistências”.

Kesia Rayanne Almeida Oliveira (kesia.rao@gmail.com) é mestranda em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC-UFMG), Campus Pampulha, Belo Horizonte – MG. Bacharel e licenciada em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG).

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

CORRÊA, Ana Elisa Cruz; OLIVEIRA, Kesia Rayanne Almeida. “A luta pela terra na perspectiva feminista”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 33, n. 1, e96490, 2025.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Ana Elisa Cruz Corrêa: concepção da proposta, coleta de dados (realização conjunta de entrevistas e leitura e discussão de bibliografia pertinente), análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

Kesia Rayanne Almeida Oliveira: concepção da proposta, coleta de dados (realização conjunta de entrevistas e leitura e discussão de bibliografia pertinente), análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados e transcrição das entrevistas analisadas.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Autorizado pela COEP/CAAE: 22142719.4.0000.5149.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 26/09/2023
Reapresentação em 12/08/2024
Aprovado em 12/11/2024

